



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB**

Processo n.º 08188491420178152001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar que requer o **CHAMAMENTO DO FEITO A ORDEM** diante do despacho de fls., que intimou as partes para realização da perícia, haja vista a desnecessidade de nova prova, em razão de laudos periciais produzidos nos autos.

Exa., trata-se de um processo com sinistro em **31/10/2011**. Juntamente com os documentos inseridos pelo autor com a inicial, consta laudo pericial realizado em **14/10/2014** graduando MID 10%. Vale ainda destacar que a parte Ré não requereu o pedido de prova pericial. **Em 09/12/2020** houve nova perícia avaliando o autor com a ausência de sequela.

O Autor em sua manifestação ao laudo questiona a divergência de graduação entre o primeiro laudo e o segundo pedindo esclarecimentos, motivo pelo qual o perito se manifestou nos autos sugerindo, então, uma terceira perícia.

Foi designada, uma terceira perícia para 08/09/21, com novo pagamento de honorários no valor de **R\$ 200,00** a ser pago pela Seguradora. O autor possui gratuidade de justiça.

Cumprе informar Exa., que tendo em vista o lapso temporal de um laudo para o outro e a graduação mínima de 10% apresentada no primeiro, ratificamos em nossa manifestação a ausência de sequela do autor atualmente.

Percebe-se, portanto, que o Autor, por mero inconformismo com o resultado da perícia, tenta desqualificar um laudo pericial elaborado em pleno atendimento a legislação vigente. Inadmissível, portanto, o pedido de renovação da perícia, pois diante do laudo pericial judicial apresentado pelo *i. expert*, a parte Autora não possui lesões indenizáveis!

Pelo todo o exposto, requer a Seguradora Ré, que seja reconsiderado o teor do r. Despacho publicado no D.O., em razão da desnecessidade da realização de nova perícia médica na parte Autora, a improcedência da presente ação, tendo em vista a ausência de sequelas pela parte Autora, bem como o lapso temporal tornando-se difícil a constatação do nexo causal entre possíveis lesões.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 18 de agosto de 2021.

**JOÃO BARBOSA**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br

**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**